



Empresa ã© condenada por pesquisar finanã§as de candidatos a vaga

Pesquisar informaões econ4micas e financeiras de candidatos a emprego é considerado conduta discriminat4ria. Por essa raz3o, a juíza L gia Maria Fialho Belmonte, da 16  Vara do Trabalho de Porto Alegre, condenou uma transportadora a pagar R\$ 50 mil como indenizao pelos danos morais coletivos causados pela prática.

A empresa foi proibida de consultar bancos dados públicos ou privados em busca de informaoes sobre a situao financeira ou econ4mica dos candidatos às suas vagas de emprego, sob pena de ter que pagar multa de R\$ 10 mil a cada caso verificado. Cabe recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 4  Regi3o.

Ao ajuizar a Ao Civil Pública, o procurador Ivo Eug nio Marques, do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul, alegou que a conduta da empresa — além de gerar acesso indevido a informaoes de caráter sigiloso e privado dos trabalhadores — cria desigualdade e discriminao. Segundo a inicial, acesso penaliza indevidamente os trabalhadores, porque parte da premissa de que determinada conduta, ocorrida no passado e verificada por meio das consultas, se repetir  no futuro.

Ainda conforme o MPT, a conduta prejudica o direito social ao trabalho e gera um círculo vicioso, uma vez que a possibilidade do emprego seria negada justamente a quem mais precisa de trabalho para que consiga resolver a situao econ4mica precária.

A juíza concordou com a argumentao. Na sentena, a magistrada referiu-se   legislao que trata do assunto discriminao. Dentre as normas citadas, est3o a Conveno 111 da Organizao Internacional do Trabalho, que conceitua discriminao e proíbe atos discriminat4rios no âmbito das relaoes de emprego; e a própria Constituio Federal, que proíbe distinoes baseadas em características como cor, sexo ou estado civil, para fins de contratao.

"Como se v , este dispositivo constitucional transforma em regra o princípio da igualdade, que deve ser observado nas relaoes de trabalho em vigor, bem como no período pré-contratual", explicou a julgadora.

L gia Belmonte também destacou que a Lei 9.029, de 1995, veda a adoo de qualquer medida que vise limitar o acesso ao emprego ou   manuteno da relao empregatícia, citando, de forma exemplificativa, critérios de  tnia, cor, raa ou situao familiar (como a maternidade). "A discriminao injustificada, qual seja, a que n3o se fundamente em qualificaoes exigidas para determinado emprego, é proibida", registrou.

Segundo a juíza, no caso dos autos, ficou comprovado que a empresa pesquisava em cadastros e bancos de dados sobre a situao financeira de candidatos a emprego. Como exemplo, a magistrada citou  ficio da Serasa que confirmou algumas consultas. No que diz respeito à prova testemunhal, a julgadora considerou que as duas testemunhas convidadas foram contraditórias em seus depoimentos, o que confirmou a prática apontada pelo MPT.

"A prova dos autos demonstra que a empresa ré agiu de forma a pesquisar a situao econ4mica ou financeira de candidatos a emprego, em flagrante discriminao a pessoas físicas e em descumprimento



às normas de não discriminação existentes no ordenamento jurídico", concluiu. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-RS.*

Processo 0021543-87.2014.5.04.0016

Autores: Redação ConJur